

Capítulo IV

A segunda fase da liberalização da rádio em Portugal — os projetos jornalísticos das rádios regionais

The second phase of radio liberalisation in Portugal — the journalistic projects of regional rádios

Luís Bonixe

Instituto Politécnico de Portalegre/ICNova
luisbonixe@ippportalegre.pt
ORCID ID: 0000-0003-1288-7529

Resumo: Depois de atribuídas as frequências de âmbito local, o que representou a primeira fase da liberalização do setor da rádio em Portugal, em 1990 é aberto um concurso para a atribuição de duas frequências regionais; uma a Norte, e outra a Sul. Nesta segunda fase da abertura do setor, concorreram seis projetos: dois no Porto e quatro em Lisboa. No presente capítulo, analisamos as rádios concorrentes quanto aos seus objetivos, propriedade, modelos de programação e de informação. Concluimos que as rádios regionais apresentaram projetos diferenciadores do ponto de vista jornalístico, inovando quanto aos formatos e constituindo-se como território importante para a formação de profissionais da informação da rádio em Portugal.

Palavras-chave: liberalização; rádio; rádios regionais; jornalismo; Portugal

Abstract: After local frequencies had been assigned, which represents the first phase of the liberalization of the radio sector in Portugal, in 1990 a tender was launched for the assignment of two regional frequencies; one in the North and the other in the South. In this second phase of the opening of the sector, six projects competed, two in Porto and four in Lisbon. In this chapter, we analyze the competing projects in terms of their objectives, ownership, and programming and information models. We conclude that the regional radios presented differentiating projects from the journalistic point of view, innovating about the formats and constituting themselves as an important territory for the training of radio information professionals in Portugal.

Keywords: liberalization; radio; regional radios; journalism; Portugal

Introdução

O setor da rádio em Portugal foi liberalizado com a lei 87/88 de 30 de julho, publicada em 1988, permitindo que no ano seguinte comesçassem a emitir centenas de emissoras locais um pouco por todo o país. Esta alteração legislativa colocou um ponto final num movimento iniciado em 1977 pela legalização das emissoras piratas.

No entanto, a luta por uma maior abertura do setor não acabava com a concessão das frequências locais, já que em 1990 foi aberta a possibilidade de atribuição de duas frequências regionais: uma a Norte e outra a Sul, com mais potência e, por isso, muito disputadas.

A esse concurso, concorreram seis projetos, dois no Porto e quatro em Lisboa. As rádios concorrentes disputavam uma frequência que lhes permitiria colocar em prática projetos de outra dimensão, alcançando novos públicos e mercados publicitários. Nesta luta posicionaram-se, sobretudo, rádios pertencentes a grupos de comunicação sólidos no mercado dos *media* em Portugal, naquilo que representou uma clara oportunidade de expansão dos seus negócios.

No campo do jornalismo, as rádios concorrentes apresentaram projetos de inovação no que diz respeito à informação radiofónica, num país que continuava a ter as rádios do Estado e da Igreja Católica como as principais organizações radiofónicas.

No presente capítulo procuramos caracterizar o contexto em que surgiu o concurso para a atribuição das frequências regionais, em 1990, bem como explorar os argumentos dos seis projetos concorrentes: Rádio Nova e Rádio Press (a Norte) e TSF, Correio da Manhã Rádio,

Rádio Cidade e Rádio Colina (a Sul) procurando perceber qual o contributo que tiveram para o jornalismo radiofónico em Portugal.

O contexto

O concurso público para a atribuição de frequências regionais em 1990 surge no seguimento de um outro concurso público lançado em 1988 e que consistiu na disponibilização de 402 frequências locais, tendo sido atribuídas apenas 314 licenças, representando o início da liberalização do setor da rádio em Portugal.

O concurso para as frequências locais foi lançado após um longo debate público e político que teve início em 1983 quando foi apresentado o primeiro projeto-lei de iniciativa de Jaime Ramos (PSD) e Dinis Alves (PS). No entanto, a lei que viria a liberalizar o setor da rádio em Portugal foi aprovada em 1988, sendo regulamentada pelo decreto-lei 338/88 que define os trâmites do concurso público para a atribuição das frequências locais.

O resultado do concurso revelou um país dividido. Se no litoral, as frequências disponíveis foram poucas para o número de candidatos, já no interior, verificou-se justamente o inverso, uma vez que vários concelhos ficaram sem concorrentes ao concurso.

O cenário era, efetivamente, de uma assimetria muito evidente entre o litoral e o interior, como nota Arons de Carvalho: “No conjunto dos distritos de Bragança, Vila Real, Guarda, Castelo Branco, Portalegre, Évora e Beja, cerca de 2/3 dos concelhos não teriam qualquer rádio” (2014, p. 32). O mesmo autor sublinha um cenário oposto verificado no litoral do país: “Pelo contrário, em Lisboa, Porto, Braga, Aveiro, Setúbal, Viana do Castelo, Coimbra, Leiria, Porto e Santarém, o número de concelhos sem rádio era inferior a 20%” (Carvalho, 2014, p.32). Após a divulgação dos resultados do concurso, as primeiras rádios locais portuguesas começaram a emitir no primeiro trimestre de 1989.

Mas, esta foi a primeira fase do processo de liberalização do setor da rádio em Portugal, pois logo de seguida, em 1990, foi lançado o concurso público para a atribuição de duas frequências regionais, uma a Sul e outra a Norte.

Este concurso resultou da redefinição das frequências de rádio em Portugal como consequência do Plano de Genebra que permitiu o alargamento da faixa de FM para os 108Mhz, tendo reservado para o país três novas frequências. Uma dessas frequências foi atribuída à RDP, a outra à Rádio Renascença e a terceira seria dividida em duas: uma a Norte e a outra a Sul.

A existência de rádios regionais em Portugal estava prevista na Lei da Rádio 88/89 de 30 de julho, nomeadamente no seu artigo 6º, ao definir que os fins da atividade de radiodifusão privada e cooperativa passam também pela cobertura regional, tendo esta a finalidade de:

- a) Alargar a programação radiofónica a interesses, problemas e modos de expressão de índole regional e local;
- b) Preservar e divulgar os valores característicos das culturas regionais e locais;
- c) Difundir informações com particular interesse para o âmbito geográfico da audiência;
- d) Incentivar as relações de solidariedade, convívio e boa vizinhança entre as populações abrangidas pela emissão (Artigo 6º. Ponto 2. Lei da Rádio 87/88 de 30 de julho).

Tal como acontecera em relação ao concurso para as frequências locais, também neste caso as especificidades da abertura do concurso estavam contidas no decreto-lei — 338/88 e nele se considera que:

A cobertura radiofónica será considerada de âmbito geral, regional ou local, consoante abrangia, com o mesmo programa e sinal recomendado, respectivamente:

- a) Todo o território nacional ou, no mínimo, o território continental português;
- b) Um distrito ou conjunto de distritos no continente ou uma ilha ou grupo de ilhas nas regiões autónomas (artigo 5º. Decreto-lei 338/88).

Perante um cenário no qual eram evidentes as dificuldades económicas e financeiras de muitas emissoras locais que procuram sobreviver retirando das suas comunidades o que o escasso mercado publicitário tinha para oferecer, não é de estranhar que os concorrentes ao concurso público para as regionais se localizassem nas duas principais cidades do país: Lisboa e Porto. De facto, na capital surgiram a TSF, Rádio Colina e Correio da Manhã Rádio e no Porto, a Rádio Nova e Rádio Press. A única exceção foi a Rádio Cidade, emissora local da Amadora, ainda assim uma localidade situada na Grande Lisboa. Por outro lado, como adiante se mostrará, muitos destes projetos nascem ou são consolidados no seio de grupos económicos fortes e com tradições no mercado dos *media* em Portugal.

Um concurso polémico

Aprovada a lei e a sua regulamentação em termos operacionais, através do decreto 338/88, é lançado o concurso público para a atribuição das duas frequências regionais. No entanto, uma nova controvérsia emerge e relacionada com a decisão do governo português, liderado por Cavaco Silva do PSD, de nomear uma Comissão Consultiva que iria analisar as propostas e emitir um parecer que serviria de base para o governo decidir sobre a atribuição das duas frequências regionais.

A Comissão Consultiva da Rádio foi constituída por 17 membros, sendo dois deles cooptados pelos restantes quinze. A Comissão era presidida por um juiz, José dos Santos Monteiro

e integrava dois membros eleitos pelo PSD na Assembleia da República e um membro do PS. Integravam ainda a comissão, representantes das secretarias de Estado da Cultura e das Comunicações, da Direção-Geral da Comunicação Social, o diretor dos CTT dos Açores e o diretor da RDP-Madeira. Na Comissão estavam ainda o representante da Associação de Imprensa Não Diária, um representante da Associação Nacional de Municípios, o diretor técnico da RDP, dos Serviços Radioelétricos dos CTT, do Gabinete de Audiências da RTP e representantes da RDP e da Rádio Renascença, para além de um representante da Associação Nacional de Imprensa Diária, o empresário Carlos Barbosa, que liderava o Correio da Manhã Rádio, um dos candidatos à frequência regional Sul.

Esta composição da Comissão Consultiva viria a ser contestada pelo Partido Socialista (PS), à época na oposição ao governo, e pela TSF, um dos candidatos à frequência regional Sul.

Os que contestaram esta Comissão Consultiva da Rádio argumentavam que havia uma forte tendência política, dada a presença de membros do PSD, o partido que apoiava o governo, e o facto de estarem presentes elementos de duas rádios nacionais (RDP e Renascença) que iriam ser concorrentes diretos das rádios regionais. Por outro lado, muito contestada foi também a presença de Carlos Barbosa, líder do projeto Correio da Manhã Rádio e por isso um dos principais interessados no concurso.

Foram apresentadas seis candidaturas. Duas a Norte, Rádio Press e Rádio Nova, e quatro a Sul, TSF, Rádio Colina, Rádio Cidade e Correio da Manhã Rádio (Quadro I).

Quadro I

Rádios concorrentes à frequência regional

| Rádio | Criação | Propriedade e alguns membros das equipas iniciais das rádios concorrentes |
|---------------------|----------------|--|
| Rádio Nova (Porto) | 1989 | Equipa: Francisco José Oliveira, João Paulo Meneses, José Alberto Carvalho, Júlio Magalhães, Aurélio Gomes, Francisco José. Propriedade: Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora (SIRS). |
| Rádio Press (Porto) | 1989 | Equipa: Manuel Teixeira, Joaquim Sousa Martins, Fernanda Freitas, Teresa Marques, Tiago Alves. Propriedade: Lusomundo, através da Gesgráfica. |
| CMR (Lisboa) | 1987 | Equipa: Rui Pêgo, Miguel Cruz, Mário Fernando, João Vaz, Paulo Alves Guerra, Teresa Fernandes, João Bogalho, João Govern, João Adelino Faria, Margarida Pinto Correia, Pedro Coelho, Fernanda Oliveira Ribeiro, Henrique Mateus e Joaquim Franco. Propriedade: Correio da Manhã. |
| TSF (Lisboa) | 1981 | Equipa: Adelino Gomes, Albertino Antunes, António Jorge Branco, António Rego, Armando Pires, David Borges, Duarte Soares, Emidio Rangel, Fernando Alves, Jaime Fernandes, Joaquim Furtado, Joao Canedo, José Videira, Mário Pereira e Teresa Moutinho. Propriedade: Cooperativa de profissionais. |

| | | |
|-----------------------|------|--|
| Rádio Colina (Lisboa) | 1990 | Equipa: Teresa Moutinho, Sena Santos, João Duarte Soares, Albertino Antunes. |
| Rádio Cidade (Lisboa) | 1986 | Equipa: Rui Duarte, Rui Duarte Júnior e Edson Yazejy Jr. |

Fonte: Elaboração Própria

A Comissão Consultiva da Rádio tinha o propósito de sugerir ao governo os vencedores para a atribuição das frequências regionais, e isso foi feito de forma muito clara, já que 15 dos 17 membros votaram a favor dessa atribuição ser concedida à Rádio Press, no caso do Norte, e ao Correio da Manhã Rádio, no Sul. Só o representante do PS votou contra, sendo que um dos membros faltou à reunião (Público, 1990, junho 21).

Os resultados do concurso público foram conhecidos em junho de 1990, depois de alguma controvérsia motivada por alegados favorecimentos por parte da Comissão Consultiva. A frequência regional Sul foi atribuída ao Correio da Manhã Rádio, seguindo-se a Rádio Colina, TSF e e Rádio Cidade. A Norte, a frequência regional foi para a Rádio Press seguida da Rádio Nova (Quadro II).

Quadro II

Ordenação da atribuição de frequências regionais no concurso público (1990)

| Frequência Regional Norte | Frequência Regional Sul |
|----------------------------------|--------------------------------|
| Rádio Press | Correio da Manhã Rádio |
| Rádio Nova | Rádio Colina |
| | TSF |
| | Rádio Cidade |

Fonte: Elaboração Própria

As críticas ao processo concursal não pararam com o parecer da Comissão Consultiva e a posterior decisão do governo. Pelo contrário, os principais contestatários voltaram a sublinhar o que consideravam ser um concurso parcial e motivado por questões políticas.

O deputado do PS, Alberto Arons de Carvalho, foi um dos que mais questionou a decisão de atribuição das frequências regionais à Rádio Press e ao CMR. E fê-lo nestes termos:

A comissão consultiva prevista na Lei da Rádio tinha 17 membros, dois dos quais cooptados pelos restantes 15. Destes, uma larga maioria era designada pelos governos da República e das Regiões Autónomas ou por entidades tuteladas pelo Governo. Rapidamente se percebeu que o que faltava à comissão em independência sobrava em capacidade para ser uma espécie de almofada apta para salvaguardar

a imagem do Governo. Da comissão consultiva faziam parte representantes da RDP e da Rádio Renascença, ou seja, das rádios directamente concorrentes das rádios regionais a seleccionar. Através das entidades representadas, surgiram igualmente na composição da comissão dois importantes responsáveis de duas das rádios candidatas às coberturas regionais, que aliás viriam a conseguir obter os alvarás. Diversos relatos e depoimentos de membros da comissão deram conta de gritantes insuficiências na fundamentação das decisões e na seriedade e profundidade dos debates (Alberto Arons de Carvalho, Apreciação da petição nº 47/V(4º). Reunião Plenária de 9 de Janeiro de 1992).

Para os críticos da decisão da Comissão, o facto de terem sido atribuídas frequências regionais a rádios que não eram líderes de audiência foi um sinal de parcialidade. Com efeito, tanto o CMR como a Rádio Press já possuíam frequências de cobertura local e, segundo a imprensa da altura, os seus níveis de audiência eram inferiores aos de outros candidatos. A Sul, o vencedor CMR (com 6,7%) registava valores inferiores à TSF (16,2%) e à Rádio Cidade (22,1%). A Norte, a Rádio Press (com 3%) estava abaixo da Rádio Nova (20,7%) (Guerra & Antunes, Público, 1990, junho 21).

Os números das audiências serviram de base para a Rádio Cidade, através de um dos seus promotores, Rui Duarte, contestar o processo. Referindo-se em concreto à frequência regional Sul e ao CMR, considerou que foi atribuída “a frequência regional à rádio com menor capacidade. É uma rádio para o Governo” (Guerra & Antunes, Público, 1990, junho 21).

José Manuel Fernandes, na altura diretor adjunto do jornal Público, assinava em 1990, um editorial intitulado “A hipocrisia de um concurso”, no qual critica a decisão da comissão consultiva em atribuir ao Correio da Manhã Rádio (CMR) a frequência regional para o Sul e, à Rádio Press a frequência do Norte. O jornalista apontou que a constituição do júri inquinou o processo desde a sua origem e que o facto de estarem representados membros das rádios nacionais, Renascença e RDP, levou a que a decisão recaísse sobre “concorrentes fracos” (Fernandes, Público, 1990, junho 21) já que seria do interesse daquelas rádios não terem concorrência forte.

Outro argumento utilizado pelos contestatários desta decisão da Comissão foi o facto de a Norte, a Rádio Press que era encabeçada por Manuel Teixeira, ter vencido o concurso. Manuel Teixeira era alguém muito ligado ao PSD de Cavaco Silva, à época primeiro ministro, e isso levantou suspeitas quanto à imparcialidade da decisão. “Eu era considerado um cavaquista ilimitado e o grupo da comissão era também considerado próximo do governo” (Manuel Teixeira, comunicação pessoal, 2019, setembro, 23). Nesta linha de pensamento vários intervenientes no processo consideram que o resultado do concurso se deveu a “uma decisão política” (João Paulo Meneses, comunicação pessoal, 2019, setembro 19)

Perspetiva diferente tem Rui Pêgo, que liderou o Correio da Manhã Rádio, um dos projetos vencedores, para quem a atribuição das frequências regionais, quer a Norte, quer a Sul, resultou de uma avaliação que teve em conta as melhores propostas e que a polémica gerada foi motivada por questões políticas.

O CMR era encarado de direita, o que não era verdade. Do outro lado, o Jornal e a TSF tiveram um propósito de combate político. Foi escrita por mim, a candidatura. Aquela equipa que trabalhava comigo não tinha nenhuma responsabilidade em relação a eventuais manobras políticas que se tivessem feito. A nossa atitude foi de desagrado por estramos a ser acusados de um desígnio político que não tinha. A rádio não tinha nenhum alinhamento político. Era um espaço de liberdade total. Do ponto de vista profissional, a candidatura quer à local, quer regional foi escrita por mim e não estava ao serviço de um projeto político, mas profissional. (Rui Pêgo, comunicação pessoal, 2021, março 11)

Metodologia

O objetivo do presente artigo é o de caracterizar as seis rádios concorrentes ao concurso de frequência regional em 1990 na sequência do processo de liberalização do setor da radiodifusão em Portugal, iniciado com a lei de 1988, e contribuir para entender o papel que desempenharam no jornalismo radiofónico português. Com esse propósito, os dados que apresentamos pretendem caracterizar cada uma das seis emissoras: Rádio Press, Rádio Nova, Correio da Manhã da Rádio, TSF, Rádio Colina e Rádio Cidade quanto às razões para a sua fundação, o percurso feito até 1990, os modelos de programação e de informação, destacando-se o contributo para o jornalismo radiofónico destas emissoras. Assim, recolhemos dados na bibliografia disponível sobre as rádios locais em Portugal e em concreto sobre estes seis projetos. Para além disso, a recolha de dados da história destas rádios foi feita com recurso à imprensa da época e foram realizadas entrevistas a alguns dos protagonistas destas emissoras, nomeadamente, Rui Pêgo que liderou o processo de candidatura do CMR ao concurso de frequências Regionais, Francisco Sena Santos, jornalista da TSF e mais tarde um dos elementos da equipa promotora da rádio Colina, Manuel Teixeira, líder do projeto da Rádio Press, Teresa Marques, jornalista da Rádio Press, e João Paulo Meneses, o primeiro chefe de redação da Rádio Nova. As entrevistas tiveram por objetivo a recolha de informação sobre a génese dos projetos radiofónicos em análise.

A aposta na informação a Norte

O concurso para a atribuição de frequências locais, em 1988, concedeu licenças a cinco rádios no concelho do Porto: Rádio Nova, que obteve a frequência de maior potência, a Rádio Press, a Placard, a Activa e a Rádio Festival. Destas cinco, duas, a Rádio Nova e a Press, apresentavam claramente as melhores estruturas e, desde sempre, se afirmaram com outros propósitos que iam para além de emissoras locais, apenas dedicadas ao Porto. Por esse motivo, não se estranha o facto de terem sido as duas únicas que se candidataram ao concurso para frequências regionais, em 1990. Ou seja,

a Norte, o concurso foi disputado apenas por emissoras sediadas no concelho do Porto.

A Rádio Press é fruto da intenção da Lusomundo, um grupo de comunicação que detinha o Jornal de Notícias, Diário de Notícias e o Comércio do Porto, de entrar no setor da rádio. Tal como outros projetos que viriam a concorrer às frequências regionais, também a Rádio Press surgiu com o propósito de se afirmar no meio enquanto emissora que não se limitasse a ser uma rádio local. O facto de ter surgido no seio de um grupo com experiência nos *media* e com estrutura “onde o dinheiro não faltava” (Manuel Teixeira, comunicação pessoal, 2019, setembro, 23) permitiu à Press construir estúdios de “grande qualidade tecnológica” e de ter contratado vários jornalistas, criando uma “redação com 50 profissionais, 10 dos quais nos estúdios de Lisboa” (Manuel Teixeira, comunicação pessoal, 2019, setembro 23).

A Rádio Press iniciou as emissões em outubro de 1989, ou seja já depois de lhe ter sido atribuído o alvará de emissão de uma das cinco frequências locais do concelho do Porto. Enquanto rádio local, a Press procurou difundir informação de cariz localista, mas lançando também um olhar para a atualidade nacional e internacional. Do ponto de vista jornalístico, afirmou-se por uma vontade “de fazer diferente. De ir atrás das estórias, de estar presente em direto. A Rádio Press era já uma estrutura profissional e que tinha uma rede de correspondentes, incluindo no estrangeiro” (Teresa Marques, comunicação pessoal, 2021, março 1).

O principal objetivo da rádio passava por se afirmar no contexto da radiodifusão portuguesa e, isso implicava concorrer à frequência regional Norte, para a qual estavam reservados “dois emissores poderosíssimos, o do Porto e o da Lousã. Quando lançámos como rádio local, ela foi logo lançada com as infraestruturas adequadas a uma rádio regional. A ideia era sempre crescer” (Manuel Teixeira, comunicação pessoal, 2019, setembro, 23).

Nesse sentido, Manuel Teixeira, um homem com experiência nos meios de comunicação do Porto, em particular no Comércio do Porto, liderou o processo dentro do grupo de comunicação através da empresa então criada, a Gesgráfica. A aposta no concurso para uma frequência regional foi tida como uma forte prioridade, tendo o projeto de desenvolvimento da rede sido adjudicado à Faculdade de Engenharia do Porto.

O grupo apostou muito forte no concurso regional. Recorremos a um grupo de consultores muito bom. E foi constituído um grupo de jornalistas para os conteúdos da rádio que era liderado por mim (...) Os outros projetos eram todos muito bons, mas nós tínhamos a melhor retaguarda sob o ponto de vista financeiro (Manuel Teixeira, comunicação pessoal, 2019, setembro, 23).

A Rádio Press, ainda enquanto emissora local, nunca se conseguiu impor no Porto, uma vez que a Rádio Nova apresentou sempre níveis de audiência superiores. De acordo com a imprensa da época, a Nova atingia os 20,7% e a Press apenas 3% (Guerra & Antunes, Público, 1990, junho 21). A popularidade da Nova era de facto muito superior à da Press e reconhecida pelos responsáveis.

Nos primeiros anos, a Nova tinha muita força e a TSF já chegava ao Porto através de uma cadeia de rádios. Já eram nossos concorrentes. A nossa luta era com a Nova e com a TSF. A Rádio Press tendo um equipamento extraordinário, mas em bom rigor não conseguiu impor-se às outras duas rádios que eram adversárias (Manuel Teixeira, comunicação pessoal, 2019, setembro 23).

O que distinguia a Press da concorrência era, segundo o seu principal responsável, o suporte financeiro ancorado num grande grupo económico:

O que havia de diferente entre os concorrentes era que, em termos de músculo financeiro, o que apresentava melhor, mais visível, era o deste grupo porque estava ancorado na imprensa escrita. Foi isso que serviu para que a Comissão [Consultiva] considerasse que a Press no Porto e o CMR em Lisboa fossem os projetos melhores ao nível da sustentabilidade das empresas. A TSF tinha um projeto muito bom sob o ponto de vista dos conteúdos e já dominava no campo da informação, mas era uma cooperativa e tinha imensas fragilidades sob o ponto de vista financeiro (Manuel Teixeira, comunicação pessoal, 2019, setembro 23).

A Rádio Press viria a ser a vencedora do concurso no Norte, no entanto a sua vida acabou por não ser muito longa, como descreveremos adiante no presente capítulo.

A Rádio Nova no Porto foi a outra concorrente à frequência regional Norte. Apesar de se tratar de uma rádio portuense, a ambição passava por se tornar numa emissora nacional com interesse na cobertura jornalística de eventos, não apenas do Porto ou da região Norte, mas um pouco pelo país e até internacionais. Um dos exemplos foi a cobertura que a rádio fez da queda do Muro de Berlim.

Toda a gente cobria todos os acontecimentos. Ali não havia bons e maus. Havia uma escala alfabética, dos 22, que lhes permitia saber quem ia cobrir a próxima grande ocorrência, desde a queda do Muro de Berlim a outro qualquer grande acontecimento em Portugal (JPN, 2014, setembro 4).

A Rádio Nova nasceu da vontade do grupo Sonae em marcar posição nos meios de comunicação social em Portugal. Nesse contexto, o grupo criou a Sociedade Independente de Radio-difusão Sonora (SIRS) que suportou a Rádio Nova no concurso para a atribuição de frequências locais em 1989, tendo obtido a maior potência local no Porto. “Vamos explicar o Porto, o Norte e o País. Fazer um intercâmbio Norte/Sul que permita uma maior implementação nacional” (Francisco José Oliveira citado em Soares, D. Diário de Lisboa, 1989, março, 18).

Tratava-se de uma rádio que, ao contrário de muitas outras surgidas na mesma altura em Portugal, nunca emitiu enquanto pirata. O arranque das emissões acontece já com a rádio legalizada, no dia 4 de setembro de 1989, e coincidindo com as eleições autárquicas que acabariam com a vitória de Fernando Gomes, do PS, à Câmara Municipal do Porto. Logo nessa

ocasião, a Rádio Nova procurou sublinhar a sua vertente informativa: “A Rádio Nova agitou com debates e entrevistas. Não se fazia nada disto, mas olhávamos também para o nacional e o regional” (João Paulo Meneses, comunicação pessoal, 2019, setembro 19).

A ideia de uma rádio que, a partir do Porto, contasse a região, o país e o mundo ganha outra dimensão ainda em 1989 quando a Rádio Nova e a TSF celebram um protocolo que viria a permitir a troca de sinergias, mas sobretudo possibilitava que parte da programação da Nova fosse escutada também em Lisboa. Na época, o jornal Primeiro de Janeiro escrevia que se tratava de um protocolo que visava a “troca de serviços mútuos, concretização de entendimentos publicitários, tendo a preocupação de servir de igual modo e com objetivos comuns os dois principais auditórios do país” (Carvalho, 2015, p.43).

Este protocolo durou ano e meio até ter terminado em 1991 e a Rádio Nova ter encontrado um novo parceiro na capital, desta vez o Correio da Manhã Rádio, em 1992.

A estrutura da Rádio Nova mostra que não poderia ser confundida com outras emisoras locais. Possuía uma redação com cerca de 20 jornalistas e uma aposta muito clara na informação, procurando, como referimos, fazer a cobertura dos principais acontecimentos a nível regional, nacional e internacional, como foram os casos da assinatura do acordo Reagan/Gorbachov ou o acompanhamento das principais equipas de futebol nas competições europeias. Do ponto de vista da informação, a Rádio Nova apresentava um projeto que passava por uma filosofia de “antena aberta” e com uma “rede de correspondentes nacionais e internacionais, a Rádio Nova terá permanentemente equipas de reportagem na rua para assegurarem uma informação sempre atual”, anunciava Francisco José Oliveira à imprensa da época (Diário de Lisboa, 1989, março 18).

A Rádio Nova apostava no chamado *drive-time*, com noticiários de meia em meia hora, mantendo-se de hora a hora fora desse período.

A RN tinha, entre os seus colaboradores, nos painéis de crónicas e programas de debate, vozes fortes do Norte no meio político, económico e cultural. A Rádio Nova era uma marca forte e reconhecida na cidade. Mas tendo a cidade um peso importante e relevante a nível nacional, tornou-se mais fácil expandir e desenvolver a rádio (Carvalho, 2015, p.49).

Esta aposta na informação ficou clara na intervenção do diretor da Rádio Nova na nota lida ao microfone no primeiro dia de emissões.

A informação detém importante fatia das nossas emissões. Entendemo-la, não como um mero repositório de notícias avulsas, mas com um conjunto de dados suscetíveis de conferir a quem os escuta o máximo de atualidade e de rigor no contexto da sociedade que o rodeia (Francisco José Oliveira, Rádio Nova, 1989, setembro 4).

A imprensa da época falava de uma rádio com um “projeto a nível europeu a justificar plenamente o primeiro lugar na escala hierárquica para atribuição de frequências (Diário de Lisboa, 1989, março 18). O líder do projeto foi Francisco José Oliveira, alguém com experiência na área da comunicação social, incluindo na rádio em Angola.

João Paulo Meneses foi o primeiro chefe de redação da Rádio Nova, que contava com outros jornalistas como são os casos de José Alberto Carvalho, Júlio Magalhães, João Fernando Ramos e Carlos Rico. “Fomos buscar os melhores jornalistas. Pagávamos ordenados muito acima da média. Nunca mais se junta uma redação como aquelas. Tínhamos uma dimensão local, mas púnhamos uma dimensão local ao serviço de uma dimensão nacional e internacional” (João Paulo Meneses, comunicação pessoal, 19 de setembro de 2019).

A redação era composta por jornalistas que acabariam por fazer carreira nos *media* nacionais, mas apesar disso, João Paulo Meneses, que chefiou a redação durante um ano, não vê aquele como um projeto que se possa considerar como uma escola de jornalismo radiofónico, apesar de destacar a vertente inovadora da emissora.

Não foi verdadeiramente uma escola. Foi a possibilidade que tivemos de fazer coisas, algumas delas até disparatadas. Havia uma loucura de fazer coisas. O nosso limite era a criatividade. Nunca mais voltámos a fazer coisas assim. Não foi uma escola no sentido de haver uma liderança. Se aprendemos, foi com os nossos erros (João Paulo Meneses, comunicação pessoal, 19 de setembro de 2019).

Seguindo a estratégia da Sonae, a Rádio Nova foi uma das concorrentes às frequências regionais em 1990, tendo ficado em segundo lugar, atrás da Rádio Press.

A Sul, uma luta a quatro

A Rádio Cidade foi a única concorrente às frequências regionais sediada fora das duas principais cidades portuguesas, Lisboa e Porto. A emissora emitia a partir dos estúdios no concelho da Amadora, ainda assim na Grande Lisboa. Tinha a particularidade de os seus locutores falarem em português com sotaque brasileiro e apresentava uma programação baseada no entretenimento e numa forte interação com os ouvintes mais jovens através, sobretudo, dos concursos e passatempos que colocava no ar. No contexto das rádios concorrentes à frequência regional Sul, teve também a particularidade de ser a única cuja aposta não passava pela informação, focando-se sobretudo nos grandes êxitos musicais. A sua estrutura era constituída por cerca de 20 profissionais na altura do concurso (RTP, 1990, maio 17).

A Rádio Cidade foi criada no período das rádios-piratas, tendo começado a emitir no dia 1 de abril de 1986. Surgiu da iniciativa de Rui Duarte e Rui Duarte Júnior, respetivamente

pai e filho, e ainda de Edson Yazejy Jr., emigrantes brasileiros que naquele ano chegavam a Portugal. O projeto adotava um modelo de sucesso no Brasil, já que no Rio de Janeiro existia também uma rádio com o mesmo nome e que em termos de programação se baseava na *dance music*. Tal como viria a suceder em Portugal, a Rádio Cidade FM do Brasil teve um forte impacto na estética radiofónica do país, como descreve Paulo Lepetri:

Com o sucesso estrondoso da Rádio Cidade FM, o Brasil conheceu e se encantou por uma linguagem nova, assumidamente pop e, naquele momento, sem maiores pretensões. Uma forma de se fazer rádio que, em pouco tempo, se tornou um padrão para as rádios voltadas ao público jovem em todo o país (Lepetri, 2015, p.160).

O modelo trazido para Portugal teve de imediato uma forte aceitação, em particular junto dos ouvintes mais jovens.

De características urbanas, esse público encontrava no Rap (tipo de música popular, urbana, de origem negra, com ritmo muito marcado e melodia simples, pouco elaborada), ou no movimento mais underground do Rock, como no próprio Rock português, o conjunto certo de elementos que, propagados pelo disc-jockeys, davam um novo padrão estético-musical às suas preferências (Lepetri, 2015, p.163).

A fórmula da Rádio Cidade assentava num estilo comunicacional diferente daquilo a que os ouvintes portugueses estavam habituados: “A locução era rápida e contagiante” (Lepetri, 2015, p.164). A programação baseava-se na emissão de muita música, poucas palavras, concursos e passatempos inovadores e desafiantes para os ouvintes e, acima de tudo, com uma grande boa disposição da parte dos locutores. Os noticiários eram muito rápidos, com poucas notícias e quase sempre limitados aos principais temas da atualidade. A Rádio Cidade chegou a emitir relatos de futebol.

Apesar de ser uma rádio local da Amadora, não se pode dizer que se tratava de uma emissora de proximidade, no sentido em que não procurava a razão para a sua existência na comunidade, quer do ponto de vista da informação, quer da programação, que era constituída pelos *hits* musicais. A forma de fazer rádio de forte influência norte-americana e dos *disc-jockeys*, e o sotaque brasileiro dos seus locutores representou uma novidade na altura em Portugal e foi a chave para o seu sucesso, particularmente na área da Grande Lisboa.

Muito diferente da Rádio Cidade, o Correio da Manhã Rádio (CMR) apareceu no contexto de um grupo consolidado nos *media* em Portugal, a PressLivre, que detinha o jornal Correio da Manhã. O CMR começou a emitir em maio de 1987 e apresentou um projeto estruturado e com objetivos que ultrapassavam a simples obtenção de uma frequência local, apesar de a ter conseguido no concurso de 1988. A imprensa da época caracterizava o CMR como um projeto

com “equipamento ultra-sofisticado e excelentes vozes” (Correio da Manhã, 1987, junho 24) e com um investimento acima da média do que era praticado pelas outras rádios locais portuguesas, situando-se na ordem dos 100 mil contos [500 mil euros] (Pinto, F. Tal & Qual, 1988, outubro 7). O CMR foi uma das poucas emissoras que, mesmo ainda pirata, conseguia emitir 24 horas por dia, uma situação que acontecia com poucas rádios naquela altura.

Com uma programação baseada em música e informação, as suas emissões cobriam, na fase inicial, um raio de trinta quilómetros. Quanto aos conteúdos, o CMR fez uma aposta forte na música e “numa linha editorial que assenta na emissão de notícias que procurava mostrar que as notícias não são apenas os acontecimentos políticos” e “por uma linha aberta, livre de coluninhas e rubriquinhas” (Diário de Lisboa, 1989, março 18).

O projeto do CMR, liderado por Rui Pêgo, um profissional já com percurso na rádio, passava por complementar os públicos-alvo do jornal Correio da Manhã, o principal negócio do grupo. O projeto da rádio era, assim, visto como uma forma para chegar aos públicos que o jornal não conseguia alcançar. Numa primeira fase, ofereceu programação sobretudo musical, com produção jornalística assente na área cultural e musical, conforme explica Rui Pêgo:

Era uma rádio predominantemente musical. Tinha um investimento sério na música e nos movimentos *pop* urbanos, com um investimento considerável na música portuguesa e é uma rádio preocupada em ter uma informação muito bem lida, dita e bem escrita. Noticiários muito curtos e incisivos. Era o essencial da informação (Rui Pêgo, comunicação pessoal, 2021, março 11).

Uma rádio musical com um foco particular na informação jornalística, mas relacionada com a área musical, foi, assim, a primeira identidade do CMR que emitiu durante ano e meio enquanto rádio pirata na frequência de 104.8 FM, até ter interrompido as emissões em dezembro de 1988, por imposição da lei que previa que todas as rádios piratas suspendessem a emissão enquanto estivesse a decorrer o concurso para a atribuição das frequências locais. Esta medida teve um impacto na rádio dado o grande investimento que tinha sido feito e que, por via da suspensão das emissões, era posto em causa.

O CMR tinha já uma estrutura profissional. Não havia amadorismo. Havia um entusiasmo borbulhante, mas era um projeto profissional porque integrava uma estrutura de uma empresa de comunicação social que era a PressLivre. (...) Há um momento dramático quando tivemos de parar porque sentimos que era uma grande injustiça porque aquilo era um projeto profissional e a decisão do legislador de parar toda a gente foi muito mal recebido. De qualquer forma, havia sempre a certeza de que os salários estavam garantidos neste período (Rui Pêgo, comunicação pessoal, 2021, março 11).

Rui Pêgo começou por liderar uma equipa com apenas oito pessoas que fundaram a emissora, às quais se juntaram mais tarde vários outros profissionais, como foram os casos de Miguel

Cruz, Mário Fernando, João Vaz, Paulo Alves Guerra, Teresa Fernandes, João Bogalho, João Govern, João Adelino Faria, Margarida Pinto Correia, Pedro Coelho, Fernanda Oliveira Ribeiro, Henrique Mateus e Joaquim Franco. Tratou-se de um grupo que combinava profissionais em início de carreira com outros que “abandonaram o conforto e estabilidade para virem para o CMR que não sabiam sequer se viria a ser legal” (Rui Pêgo, comunicação pessoal, 2021, março 11)). Quando concorreu à frequência regional, em 1990, o CMR tinha já “cerca de 30 profissionais” (RTP, 1990, maio 17). A redação do CMR era, como outros projetos surgidos na mesma altura, composta por jovens profissionais, quase todos em início de carreira, como descrito por Pedro Coelho, jornalista do CMR entre 1989 e 1992. “Passei de estagiário a chefe de redação, uma progressão para a qual nem sequer estava preparado. De repente eu, muito verde, chefiava uma redacção toda ela muito verde também” (in Calado, 2011, p. 728). Pedro Coelho recorda o CMR como um projeto com qualidade, mas também lembra “o lirismo e a inexperiência da redacção. (...) No Correio da Manhã Rádio estávamos todos no início de carreira” (in Calado, 2011, p. 728). Apesar de reconhecer que o principal objetivo no CMR não era a informação, o jornalista admitiu que aquele projeto era vivido por todos com muita intensidade. “Não voltei a sentir outra paixão assim por um projecto profissional, nem na SIC; era da idade e do projeto. Entrava às cinco da manhã e saía à meia-noite. Estava lá o dia todo. Aquilo era a minha casa. Fazia de tudo sem me custar nada” (in Calado, 2011, p.729).

Enquanto rádio musical, o CMR procurava disputar o mesmo mercado da RFM, que tinha acabado de ser criada no seio do grupo da Rádio Renascença. O facto de os responsáveis pelo CMR considerarem apenas uma rádio como concorrente direto, levou-os a pensar que na segmentação de rádio musical havia um terreno por explorar:

A Rádio Cidade estava noutro campeonato, para um público mais jovem. A única que havia mais organizada era a RFM. Portanto, havia um terreno para explorar de uma rádio musical estruturada, pré-programada em termos musicais e que sabia a que publico se dirigia. Mas, já na altura concluímos que uma rádio só musical era redutora num mercado onde não era possível segmentar um público tão pequeno, sobretudo como rádio local (Rui Pêgo, comunicação pessoal, 2021, março 11).

Com a obtenção da frequência local, o Correio da Manhã Rádio procurou evoluir para uma programação mais generalista abdicando, em certa medida, do seu posicionamento musical. Com vista a esse objetivo, a emissora começou a acompanhar o campeonato de futebol português, uma decisão editorial que acabaria por se revelar bastante importante nos anos seguintes.

A etapa seguinte do projeto era desenvolvê-lo para uma rádio de *full-service*, com mais informação e também desporto por isso o contexto, nomeadamente a [Rádio] Cidade, não nos afetou porque já estávamos a concorrer para atuar num outro território digamos, mais adulto. Uma das decisões mais

difíceis da minha vida enquanto diretor de rádio foi a decisão de começar a fazer relatos de futebol. Porque era importante para a rádio, para o jornal pois poderíamos começar a estabelecer ali algumas sinergias interessantes, mas era uma decisão difícil porque era romper com a matriz inicial do projeto. Poderia projetar para o exterior uma imagem que poderia colidir com a imagem percebida que as pessoas tinham da rádio e isso era um risco. Mas, foi um risco entendido e assumido desde o início e poderia correr mal, como correu (Rui Pêgo, comunicação pessoal, 2021, março 11).

Ou seja, o CMR acabou por descaracterizar a sua programação antes, mais musical, e agora virada para um público que tinha outras opções no espaço hertziano lisboeta, como era o caso da TSF e, sobretudo, da Rádio Renascença que liderava as audiências. É neste contexto que o CMR vê a obtenção de uma frequência regional como uma solução para a rádio, uma vez que se entendia que o projeto não poderia ficar com uma dimensão local, ainda que fosse para a capital do país.

Por outro lado, imperou a lógica do grupo no qual o CMR estava inserido, já que o jornal Correio da Manhã tinha uma forte implementação na região sul do país, abaixo do rio Mondego e a obtenção de uma frequência regional que cobrisse toda a zona sul de Portugal ajudaria a consolidar a principal marca do grupo Presslivre.

Na corrida a uma frequência regional, a rádio TSF (Telefonia Sem Fios) apresentou-se ao concurso como um dos mais fortes concorrentes. Nasce da iniciativa de um conjunto de profissionais descontentes com o cenário da radiodifusão portuguesa no início dos anos 80 do século XX. Vários desses profissionais saíram da RDP por considerarem que deveria ser criado um modelo de rádio diferente daquele que era praticado na emissora pública. Teresa Moutinho, uma das fundadoras da emissora, explicava assim os motivos para a criação da TSF: “Queremos ser uma alternativa à informação que se faz atualmente em Portugal. Não nos dão condições de trabalho na rádio, pelo que só nos resta criar essas condições com os nossos próprios meios” (Gonçalves, 1999, p.31).

Foi neste contexto que em 1981 nasce a TSF, por iniciativa de uma cooperativa constituída por 17 profissionais, alguns deles já na altura com carreira nos meios de comunicação portugueses: Adelino Gomes, Albertino Antunes, António Jorge Branco, António Rego, Armando Pires, David Borges, Duarte Soares, Emidio Rangel, Fernando Alves, Jaime Fernandes, Joaquim Furtado, Joao Canedo, José Videira, Mário Pereira e Teresa Moutinho.

O projeto da TSF passou desde muito cedo pela criação de uma rádio de cariz jornalístico com uma forte aposta no jornalismo e no direto informativo, como é referido por Francisco Sena Santos, jornalista da emissora nos primeiros anos da TSF. “De repente aparece uma rádio que desata a fazer noticiários de meia em meia hora, a acordar ministros às 6 ou 7 da manhã, a ir aos restaurantes esperar os políticos” (Lourenço, Público, 1998, março 1).

Do ponto de vista editorial, o futebol e a política eram dois dos principais temas noticiosos da TSF. Uma das principais novidades do projeto residia também nos noticiários que,

sempre que se justificava, eram prolongados para além dos 10 ou 15 minutos, num modelo que tinha como objetivo manter a antena da rádio sempre aberta para o acompanhamento da atualidade noticiosa.

Este modelo de programação teve um primeiro momento de afirmação ainda antes da obtenção da frequência de rádio local, quando no dia 25 de agosto de 1988 deflagrou no centro de Lisboa um grande incêndio que destruiu os Armazéns do Chiado. A TSF tinha iniciado as suas emissões no dia 29 de fevereiro daquele ano, ou seja, quando acontece o incêndio, a emissora tinha ainda pouco tempo de existência e emitia enquanto rádio-pirata. Mesmo assim, a TSF colocou em prática todo o seu dispositivo de rádio em direto. A primeira informação foi dada pelo jornalista Nuno Roby a partir da sua própria residência de onde conseguia avistar toda a zona em chamas: “Peguei imediatamente no telefone e perguntei aos meus colegas se sabiam o que se estava a passar na Baixa. Ninguém sabia de nada! Entrei logo em directo, a relatar o que se via daquele balcão privilegiado que era a minha casa” (Roby, 2008 p.16).

Esta lógica de acompanhamento em direto da atualidade e de emissão em contínuo sempre que as notícias o exigiam, foi um dos pilares do curso de formação de jornalistas da TSF que em 1987 foi desenvolvido por Adelino Gomes e Emídio Rangel e que é considerado uma das chaves para o projeto inovador que a TSF representou. “(...) é a semente que deu a geração TSF — a começar pela fina escolha dos formandos: gente com estudo, vigor, curiosidade e talento para aprender as técnicas e artes da rádio” (Santos, 2008, p.18). O curso teve a duração de seis meses e formou cerca de 40 profissionais que acabariam por integrar a primeira equipa de jornalistas da TSF.

Para nós o jornalista de rádio é um tipo que domina completamente a linguagem radiofónica e tem uma cultura vasta e abrangente. A naturalidade sobre a artificialidade significa que os noticiários não hão de ser bem lidos, mas sim bem-ditos (Adelino Gomes, comunicação pessoal, 2008, julho 11).

Mas, a importância da TSF não se resume ao seu projeto editorial. A emissora de Emídio Rangel destacou-se também pela sua ação no movimento de liberalização da radiodifusão local em Portugal. Uma dessas ações ocorreu em 1984 quando a TSF, ainda sem emissões regulares, liderou uma emissão de apoio ao movimento das rádios-piratas em Portugal, contestando a autorização que tinha sido concedida para que uma rádio pertencente às Forças Armadas pudesse emitir a partir de Oeiras, numa altura em que as rádios locais não era permitidas.

Foi também a partir dos seus estúdios, instalados nas Amoreiras, em Lisboa, que foi emitida uma emissão em cadeia no dia 17 de novembro de 1988, em sinal de protesto contra a obrigatoriedade de suspender as emissões durante o período de avaliação das candidaturas para a atribuição dos alvarás. O governo pretendia que as rádios que funcionavam na ilegalidade encerrassem as suas emissões no dia 24 de dezembro de 1988 acreditando que

desta forma as emissoras não pressionariam o processo de decisão. A medida acabou por ser cumprida, não sem antes que as rádios protestassem contra ela, naquele que ficou conhecido como o Dia da Rádio. Na emissão participaram mais de duas centenas de rádios locais espalhadas por todo o país naquela que é considerada a maior emissão de rádio em cadeia realizada em Portugal. Entre as 7 e as 20 horas tentou-se recriar o ambiente de debate parlamentar convidando para a antena deputados da Assembleia da República. Houve ainda depoimentos de várias figuras públicas de diversos quadrantes.

Do ponto de vista organizativo, a TSF passou por várias alterações em relação à propriedade. Em 1987, a Fnac e a Prodiário entram no capital da empresa, mantendo-se a cooperativa com 34% (Meneses, 2003, p.22). A TSF foi, à semelhança de outros projetos surgidos na altura, uma das emissoras cujo objetivo passava por obter uma licença de cobertura que não se limitasse a Lisboa. Nesse sentido, concorreu a frequências no Porto, Coimbra e Faro, embora sem sucesso. Contornando este obstáculo formou uma cadeia de rádios que integrava 21 emissores em todo o país e desta forma conseguia que parte da sua programação fosse escutada para além de Lisboa.

Foi neste contexto que a TSF se apresentou como uma das mais fortes concorrentes à frequência regional em 1990, no entanto, uma vez mais, não conseguiu obter a desejada licença que lhe permitisse cobrir o território português para além de Lisboa. A TSF ficaria na terceira posição no concurso de frequência regional, atrás do Correio da Manhã Rádio e da Rádio Colina.

Entre as concorrentes à frequência regional a Sul, surgiu um projeto pouco conhecido, desde logo porque, ao contrário das outras rádios com quem disputava o concurso, nunca chegou a emitir. Na verdade, a Rádio Colina foi um projeto que acabou por nunca sair do papel, apesar de terem sido feitas algumas emissões piloto.

A Rádio Colina foi o resultado da dissidência no seio da TSF ocorrida pouco tempo depois de esta começar a emitir com uma frequência local. Na base desta dissidência estava a filosofia da própria TSF que, para uns deveria seguir uma lógica de informação, mas com uma forte aposta no futebol e, para outros, a TSF seria uma rádio informativa, mas olhando para as artes, para a cultura, para a música clássica e para o jazz. Emídio Rangel, fundador da TSF, estava do lado de uma rádio informativa mais espetacular na qual os relatos de futebol tinham um papel importante. Do outro, Teresa Moutinho, Albertino Antunes e João Duarte Soares aos quais se juntou depois Francisco Sena Santos, defendiam o regresso a uma “TSF original”. É já com a TSF no ar, legalizada e a emitir para Lisboa, que este grupo abandona a rádio e resolve fundar um projeto radiofónico que prometia criar uma emissora que fosse ao encontro daquilo que consideravam ser a filosofia inicial da TSF e que estava a ser abandonada. O objetivo era criar uma rádio com grande aposta na informação, mas com uma programação musical mais erudita e, acima de tudo, sem grande destaque para o futebol. “Vamos regressar ao espírito inicial da TSF. Continuava a ser uma rádio de

notícias, que não tinha futebol e com atenção redobrada às artes” (Sena Santos, comunicação pessoal, 2019, setembro, 26).

Nesse sentido, aos quatro dissidentes da TSF juntou-se mais tarde Joaquim Letria que formaram o grupo que preparou durante seis meses uma candidatura à frequência regional. A grelha de programação da Colina integrava, para além das notícias, vários espaços destinados a programas propostos pela sociedade civil e parcerias com várias rádios locais. “A Rádio Colina ia buscar muito àquilo que é [hoje] a Antena 2, com música clássica, jaz, economia. Era muito uma rádio de nicho” (Sena Santos, comunicação pessoal, 2019, setembro 26). A aposta na informação era grande e, nesse sentido, inspirada na própria TSF com dois grandes momentos de informação no dia: o primeiro entre as 6h e 11h da manhã e o segundo a partir das 17h até às 21h30.

Foi uma candidatura muito bem fundamentada e consistente. Foi um projeto alternativo ao que existia no momento. A grelha de programas foi feita em conjunto com elementos do Centro de Formação de aperfeiçoamento de jornalistas de Paris, com quem estava prevista uma formação de jornalistas (Sena Santos, comunicação pessoal, 26 de setembro de 2019).

A Rádio Colina, apesar de nunca ter emitido, acabaria por ficar em segundo lugar no concurso para a frequência regional Sul, atrás do CMR, mas à frente da própria TSF.

O cenário pós-concurso

A fase seguinte à atribuição das frequências regionais sublinhou os objetivos ambiciosos dos projetos, sobretudo do ponto de vista dos investimentos realizados. De facto, a realidade viria a mostrar que a dimensão desses projetos só era compatível com a atribuição da frequência regional e por isso, como se descreverá, as rádios que não a obtiveram tiveram muito dificuldade em se manter.

Isso foi evidente no caso da Rádio Colina que acabou por nunca passar de um projeto, tendo em conta que não lhe foi atribuída a desejada frequência regional Sul. Para os responsáveis pela iniciativa, transformar a rádio numa emissora local estava fora de questão, apesar do segundo lugar no concurso. A hipótese de, mesmo sem uma frequência regional, a Rádio Colina poder vir a emitir, foi descartada de imediato: “Não havia viabilidade. O grupo dividiu-se quanto a essa possibilidade e eu fui um dos que não concordava. E acabou” (Francisco Sena Santos, comunicação pessoal, 2019, setembro 26).

Diferentes caminhos foram seguidos pelas três outras rádios concorrentes à frequência regional Sul. A Rádio Cidade continuou a capitalizar as audiências que tinha junto do público mais jovem prosseguindo enquanto rádio local do concelho da Amadora, embora a bem da

verdade, nunca tenha verdadeiramente assumido esse papel de proximidade com a comunidade. Pelo contrário, a aposta da Rádio Cidade foi, antes e depois do concurso, de uma emissora musical com um projeto de programação esteticamente agradável e em termos sonoros próximos das audiências jovens. A sua popularidade, em particular na Grande Lisboa, ameaçava outras rádios com maior estrutura, como eram os casos da RFM (o outro canal da Renascença) e do Correio da Manhã Rádio. E assim continuou após o concurso para as frequências regionais.

A TSF foi outra das emissoras vencidas no concurso de frequências regionais. Embora tenha sido um aspeto que teve influência na estrutura e objetivos da rádio, a TSF continuou o seu projeto e objetivo de se tornar numa emissora passível de ser escutada fora de Lisboa. Assim, em 1991 a TSF inicia emissões com o Rádio Jornal Centro, em Coimbra, e em julho do mesmo ano adquire a Rádio Activa chegando, finalmente, ao Porto (Meneses, 2003, p.24). Os anos seguintes representaram para a TSF um misto de progresso e crise. Em 1992 Emídio Rangel, que tinha sido o principal mentor de todo o projeto, sai da rádio para dirigir a televisão SIC, acabada de surgir.

Neste momento, a história da TSF junta-se à história da Rádio Press. Em 1993, em virtude dos vários problemas financeiros que a TSF atravessava, a Lusomundo (que detinha a Rádio Press) adquire a emissora e passa a gerir em partes iguais com a cooperativa fundadora da TSF.

Fizemos um acordo de 50%/50% e constituímos um conselho de administração paritário. Durou pouco tempo porque a situação era muito má e era necessário fazer sucessivas injeções de capital e a cooperativa não conseguia acompanhar. Ao não conseguir acompanhar, foi entregando a sua participação. E, nesse contexto, acabámos por adquirir a TSF. A TSF é hoje o resultado do produto original da TSF e a estrutura da Press. (Manuel Teixeira, comunicação pessoal, 2019, setembro 23).

A Rádio Press, apesar de ter vencido o concurso a Norte, nunca se impôs do ponto de vista das audiências, não obstante o forte investimento realizado e a rede de emissores que obteve e que lhe permitia chegar a toda a região Norte e Centro. O próprio responsável pelo projeto admitia que a concorrência, Nova e TSF, tinham conteúdos muito melhores. Confrontados com essa realidade, os responsáveis pela Rádio Press tomaram a decisão de adquirir a TSF.

A Rádio Press, mesmo como rádio regional, não conseguiu impor-se ao nível dos conteúdos e, como tal, mais tarde, fui encarregado de dentro do grupo dar uma volta à rádio e a volta foi adquirir a TSF que passava por um período muito complicado a nível financeiro (Manuel Teixeira, comunicação pessoal, 2019, setembro 23).

Significa que a TSF passou a emitir no Norte sob a designação de Rádio Jornal e assim aproveitando a estrutura técnica e a rede de emissores da Press. “Aquilo que o grupo pensou

foi: como nós não conseguimos fazer um produto, porque outros fazem melhor, então vamos comprá-lo. Eles não tinham era uma rede de emissores como nós” (Manuel Teixeira, comunicação pessoal, 23 de setembro de 2019). A TSF conseguia, desta forma, chegar a uma audiência muito importante situada na zona litoral entre o Porto e Lisboa, algo que não teria a possibilidade de fazer com a cadeia de rádios locais que possuía anteriormente. Na sequência deste processo, a Rádio Press é extinta enquanto projeto radiofónico.

A Norte, a Rádio Nova sentiu de modo bastante claro a não atribuição da frequência regional. “A Sonae perdeu o interesse porque percebeu que nunca seria uma rádio nacional. Naquele instante, a Rádio Nova morreu. Este concurso foi uma espécie de sentença de morte da Rádio Nova” (João Paulo Meneses, comunicação pessoal, 2019, setembro 19)

Após o concurso, começa a haver despedimentos e a Sonae percebe que o investimento era muito elevado para um projeto de dimensão apenas local. Por outro lado, os profissionais da emissora saem da rádio porque começa a haver mercado para eles, sobretudo nas televisões privadas que começavam a emitir em Portugal. A Rádio Nova continuou a emitir enquanto emissora local do Porto, mas com uma estrutura incomparavelmente inferior àquela que tinha e com a qual se candidatara a uma frequência regional.

Um dos vencedores do concurso, o Correio da Manhã Rádio, continuou a emitir uma programação generalista ao mesmo tempo que estabeleceu parcerias com outras emissoras, nomeadamente com a Rádio Nova do Porto. Essa parceria passava pela produção de alguns segmentos horários em Lisboa pelo CMR, enquanto outros eram produzidos no Porto, pela Rádio Nova. Em 1993, Carlos Barbosa, da Presslivre, adquiriu a Rádio Comercial e com isso opera-se uma profunda remodelação nos projetos radiofónicos do grupo. Na prática, o que aconteceu foi que a programação do CMR passou para a Rádio Comercial que tinha uma frequência Nacional. Na frequência regional antes ocupada pelo CMR passou a ser emitida a Rádio Nostalgia, uma emissora que também pertencia ao mesmo grupo da CMR e que se dedicava à programação musical de antigos êxitos musicais.

Foi uma decisão empresarial. A Presslivre decidiu comprar a Rádio Comercial. A partir do momento em que uma rádio como a CMR compra uma rádio como a Comercial que tem rede nacional, o que fazer? Invisto na Comercial que tem uma marca mais forte no mercado e transformo o CMR na Nostalgia que passa a ter a cobertura regional que era da CMR. Do ponto de vista da organização da oferta faz sentido porque ter o CMR e a Comercial não fazia sentido. A opção foi matar o CMR. (Rui Pêgo, comunicação pessoal, 2021, março 11)

Com a Rádio Comercial a absorver a programação da CMR e com a criação da Rádio Nostalgia, que passa a emitir na frequência regional Sul, a opção do grupo empresarial foi a extinção do Correio da Manhã Rádio.

Considerações finais

O objetivo do presente capítulo foi caracterizar os seis projetos de rádio concorrentes às duas frequências regionais postas a concurso em 1990, olhando em particular para os impactos que este processo teve no jornalismo radiofónico português.

A liberalização do setor da rádio em Portugal permitiu o aparecimento de centenas de rádios locais por todo o país e, numa segunda fase dessa liberalização, o surgimento de projetos mais consolidados do ponto de vista organizativo, como são os casos que analisámos neste capítulo. Isso teve repercussões no panorama radiofónico nacional e, naturalmente, consequências para o jornalismo. Tal como nota José Rebelo, com o aparecimento das rádios locais o número de jornalistas de rádio “duplicou de 1988 a 1989 [...] recorde-se que o período de 1987 a 1991 corresponde à fase de legalização das anteriormente denominadas rádios-pirata” (Rebelo, 2011, p. 69-70). Para este cenário muito contribuíram as rádios concorrentes às frequências regionais uma vez que, como vimos, apresentaram projetos com grandes estruturas, alicerçados em grupos de comunicação consolidados no mercado dos *media* o que permitiu fazer apostas em redações com dezenas de jornalistas, como foram os casos da TSF, Press, Nova e CMR.

Por outro lado, a sua dimensão experimental ao nível dos modelos de informação (noticiários de meia em meia hora ou a permanência do direto, por exemplo) de que estas rádios são uma expressão, permitiu inovar e representar-se como verdadeiras escolas de jornalismo gerando profissionais que acabariam por fazer carreira no jornalismo português.

Uma outra consideração que podemos fazer, relaciona-se com a importância que o jornalismo assumiu para a maior parte das rádios concorrentes. Com efeito, percebemos que a informação foi um argumento de peso para cinco dos seis projetos, excetuando a Rádio Cidade. Isso foi particularmente evidente a Norte, onde as Rádio Press e Nova fizeram claras apostas na criação de redações capazes de inovar no estilo e no modelo de informação radiofónica em Portugal. Mas, esse cenário pode ser também verificado no caso da TSF, que cedo se assumiu como uma emissora voltada para informação, sendo disso o exemplo o curso de formação que promoveu e que pretendia criar um novo modelo de informação radiofónica em Portugal, inspirado no direto. A cobertura que a rádio fez do incêndio do Chiado, em 1988, é disso um bom exemplo. Apesar de terem surgido no contexto da radiodifusão local/regional, a verdade é que estes projetos afirmaram sempre a sua aposta informativa através de uma lógica editorial voltada também para os temas nacionais e internacionais. Percebemos isso através da presença de jornalistas destas rádios em grandes acontecimentos como o incêndio do Chiado, a Queda do Muro de Berlim ou grandes competições desportivas. Deste ponto vista, estas rádios, particularmente as que maior aposta fizeram no jornalismo, concorriam sobretudo com as emissoras nacionais e menos com as locais.

Embora com uma vertente mais voltada para a programação musical, o Correio da Manhã Rádio nunca colocou de parte o jornalismo, tendo também apostado numa redação com vários jornalistas e na cobertura de vários acontecimentos nacionais e estrangeiros. O projeto da Rádio Colina, por nunca ter emitido, é mais difícil de avaliar a sua dimensão em relação à aposta no jornalismo, de qualquer forma foi evidente, como vimos, a preocupação dos seus promotores em propor a concurso um projeto que tivesse na sua génese uma forte componente informativa.

Um dado que também nos parece relevante, é o facto de à época a rádio representar no contexto dos *media* um foco importante dos grupos de comunicação, uma realidade bem diferente daquela a que assistimos no século XXI. Como vimos, os principais projetos tiveram origem em grupos de comunicação que já tinham tradição nos *media* e em particular no jornalismo, que assim viam o mercado radiofónico como uma excelente forma para amplificarem a sua posição no setor da comunicação social. São evidentes os casos da TSF (Projornal, que detinha o Jornal), o CMR (surgido no grupo do Correio da Manhã), a Rádio Press (do grupo que detinha entre outros o Jornal de Notícias) e a Rádio Nova (cujo projeto nasceu no seio da Sonae que entrava na comunicação social também com o jornal Público). Significa dizer que as rádios regionais foram parte de uma estratégia de grupo que pretendia alargar a rede do negócio no campo dos *media* e que passava pela expansão geográfica, implementação junto de determinados públicos e consolidação dos projetos jornalísticos.

Bibliografia

- Azevedo, A.P. (2001). As rádios locais no pós-25 de Abril. *Observatório*, 4, 113-122.
- Agência Lusa (1990, dezembro 26). Rádios regionais: emissões da Press e Correio da Manhã são legais.
- Carvalho, A. (2014) Uma visão da evolução da radiodifusão local pelo prisma das políticas públicas. In, Reis, A.I, Ribeiro, F. & Portela, P. (org.) *Das Piratas à Internet — 25 Anos de Rádios Locais*, pp. 29-42. http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/2049/1971
- Carvalho, M. (2015). *Rádio Nova: uma nova rádio para o Porto — contributos para a história do lançamento*. Relatório de Estágio. Universidade do Porto.
- Correio da Manhã. (1987, junho 24). Correio da Manhã entra na festa da rádio.
- Diário de Lisboa (1989, março 18). O Regresso das Locais.
- Lourenço, E. (Público, 1998 março 1). A Escola da Rádio.
- Fernandes, J.M. (Público, 1990, junho 21) A hipocrisia de um concurso.
- Ferreira, V. (2011). Pedro Coelho — Uma missão na vida: ser jornalista. In Rebelo, J. (Coord.) *Ser Jornalista em Portugal — perfis sociológicos*. Gradiva. pp.724-739
- Ferreira, V.R. (1986, Novembro/Dezembro). Profissionais Fundam Cooperativas para Obterem Licenças de Radiodifusão. *Revista Comunicações*.
- Fragoso, J. (Público, 1990, dezembro 3). Rádios locais pedem revisão da lei.
- Fragoso, J. (Público, 1990, outubro 30). Sindicato ouve rádios locais.
- Fragoso, J. (Público, 1990, outubro 20). Rádios locais pedem ajuda ao governo.
- Gomes, K. (Público, 1998, dezembro 24). Rádios calaram-se há dez anos.
- Gonçalves, R. (1999). *Jornalismo e Valores. O Projecto Informativo TSF-Rádio Jornal (1988-1993)*. Edinova.
- Guerra, J.P.& Antunes, R. (Público, 1990, junho 21). Uma comissão sob suspeita.
- Guerra, J.P. (Público, 1990, junho 20). Barbosa e Cruz vencem regionais.
- JPN (2014, setembro 4). Rádio Nova: Há 25 anos que em 98.9 se formam jornalistas. <https://www.jpn.up.pt/2014/09/04/radio-nova-ha-25-anos-que-em-989-se-formam-jornalistas/>
- L.C. (Expresso, 1990, setembro 22). Rádios Cidade e Festival lideram em Lisboa e Porto.
- Lepetri, P. (2015). Rádio Cidade: o tempo e o som. In, Oliveira, M. & Ribeiro, F. (eds). *Radio, sound and Internet. Proceedings of Net Station International Conference*. Pp. 157-166. http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/2174
- Martins, L.P. (Primeiro de Janeiro, 1986, agosto 3). Dez vezes mais ouvintes desde o princípio do ano.
- Martins, L.P. (Jornal Sete, 1986, junho 16). Rádio Cidade — o charme concreto da estereofonia.
- Maia, M. (1995). *A Telefonia*. Círculo dos Leitores.
- Marcos, L. H. (1989). *Rádios Locais — A lei e a realidade*. Centro de Formação de Jornalistas.
- Marinho, S. (2000). “Um percurso da rádio em Portugal”. In Pinto, M. (coord.). *A Comunicação e os Media em Portugal*, pp.99-109. Universidade do Minho.
- Massada, J. (Expresso, 1991, outubro 30). Rádios locais dominam audiências de Lisboa e Porto.
- Meneses, J.P. (2003). *Tudo o Que se Passa na TSF*. Jornal de Notícias.
- Mesquita, M. (1994). Os meios de comunicação social. In Reis, A. (coord.) *20 anos de democracia em Portugal*. Pp.360-405. Círculo dos Leitores.
- Neto, M. (Diário de Lisboa, 1989, março 18). No Porto: Rádio Nova (Grupo Sonae) na onda europeia.
- O Diário. (1984, 16 de fevereiro). Rádio dos EUA em Lisboa destina-se a 200 pessoas, mas apanha dois milhões.
- Pinto, F. (Tal&Qual, 1988, outubro 7). Homens da rádio contestam governo — Fomos Enganados.
- Rangel, E. (2008), “TSF — Um sonho difícil”. In *Tão Perto do Mundo — 20 Acontecimentos em 20 anos da rádio que mudou a rádio*. Pp.9-11. Prime Book.
- Rebelo, J. (Coord.) (2011). *Ser Jornalista em Portugal — perfis sociológicos*. Gradiva.
- Reis, I. (2014). “As rádios piratas em Portugal — contributos para um percurso”. In Reis, I.; Ribeiro, F.; Portela, P. (Org.) *Das Piratas à Internet: 25 Anos de Rádios Locais*. Pp.9-28. http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/2049/1971
- RTP (1990, maio 17) Candidaturas para rádios regionais. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/candidaturas-para-radio-regionais/>
- Soares, D. (Diário de Lisboa, 1989, março 18) Páscoa traz boas amêndoas às antigas Rádios-Pirata.
- Roby, N. (2008). “A room with a view”. In *Tão Perto do Mundo — 20 acontecimentos em 20 anos da rádio que mudou a rádio*. Pp.13-17. Prime Books.
- Sena, S. (2008). “O dia do fogo”. In *Tão Perto do Mundo — 20 acontecimentos em 20 anos da rádio que mudou a rádio*. Pp.18-25. Prime Books.

Entrevistas

- Marques, T. (Comunicação pessoal, 2021, março 1)
- Meneses, J.P. (Comunicação pessoal, 2019, setembro 19)
- Pêgo, R. (Comunicação pessoal, 2021, março 11)
- Teixeira, M. (Comunicação pessoal, 2019, setembro 23)
- Santos, F.S. (Comunicação pessoal, 2019, setembro 26)

Legislação

- Apreciação da Petição nº 247/V(4º). Reunião Plenária de 9 de Janeiro de 1992.
- Lei 87/88 de 30 de julho. Exercício da Actividade de Radiodifusão.
- Decreto-lei 338/88 de 28 de setembro. Atribuição de alvarás e licenciamento de estações emisoras de radiodifusão sonora.